



## SP: Privatização das elétricas à beira do apagão

*Venda de estatais paulistas no governo Alckmin estagnou a expansão da oferta de energia no Estado, enquanto o consumo cresce a taxas superiores a 4% ao ano*

A privatização da empresa transmissora de energia CTEEP, encabeçada pelo ex-governador paulista Geraldo Alckmin, em junho passado, apenas três meses antes das eleições, é o mais recente capítulo da política de privatizações no setor elétrico paulista, levada adiante pelos governos do PSDB. Esse processo culminou com a estagnação da oferta de energia elétrica no Estado, apesar de as taxas de consumo de energia elétrica crescerem a um ritmo superior a 4% ao ano.

A CTEEP foi vendida por R\$ 1,19 bilhão para a colombiana ISA – Interconexión Eléctrica e esses recursos foram se somar aos R\$ 51,7 bilhões já obtidos com a venda de outras empresas paulistas de energia como CPFL, Eletropaulo, Elektro, Bandeirante, CESP Paranapanema, Comgás, CESP Tietê nos últimos anos de governos do PSDB. Apesar desse esforço, cuja justificativa inicial era de quitar a dívida do Estado, o resultado final foi o inverso: a dívida manteve-se em alta. Seu valor nominal em 1994 era de R\$ 34,1 bilhões (ou R\$ 103,9 bilhões em valores corrigidos) e ao término de 2004 encontrava-se no patamar de R\$ 138,7 bilhões. Na ponta do lápis, o aumento foi de 33,5%.

### Controladoras não investem

A ênfase em arrecadar receitas com a venda de estatais, contudo, não se repetiu no zelo pelas obrigações contratuais assumidas pelos novos controladores. Nem a AES Tietê, que comprou a CESP, nem a Duke Energy, que adquiriu a CESP Paranapanema, respeitaram sua obrigação de expandir em 15% a capacidade instalada do sistema de geração (respectivamente, 400 MW e 350 MW adicionais). Faltando dois anos para expirar o prazo dessa obrigação, as empresas pleiteiam agora o direito de não investir na expansão de suas atividades.

À frente do governo de São Paulo, o PSDB vem se omitindo frente ao não cumprimento dos contratos por parte das novas controladoras. Tampouco a CESP – ou o que restou da empresa original, antes do processo de privatizações – tem investido na ampliação da oferta. Em seu Balanço de 2005, a estatal paulista atesta que “optou por não investir em novos empreendimentos (...) e direcionará seus recursos para o pagamento de dívidas, manutenção e modernização de seu atual parque gerador”.

Apenas a título de comparação, entre 1998 e 2003 os acréscimos da capacidade de energia elétrica no estado variaram de 176 MW a 618 MW ao ano. Nos últimos dois anos e meio, nenhum novo megawatt foi acrescido ao sistema. Sem investimentos privados e sem investimento públicos, o Estado de São Paulo tem pela frente um futuro incerto no que diz respeito ao abastecimento de energia elétrica, repetindo a nível local o que o governo FHC fez no país inteiro, com o “apagão” de 2001-2002.

### Tarifas mais altas

Na prática, a transferência de gestão das empresas de energia elétrica para o setor privado permitiu que a eletricidade brasileira, com o seu potencial hidráulico e renovável, se transferisse para grupos privados, em sua maioria estrangeiros. E que passasse o controle de projetos altamente lucrativos, construídos com a poupança pública, sem a contrapartida efetiva da expansão do sistema. Tampouco permitiu ao consumidor uma redução de tarifas, como propagavam os defensores da privatização. Ao contrário, segundo o IBGE, de janeiro de 1995 a junho de 2003, as tarifas de eletricidade sofreram um aumento de 312% enquanto, no mesmo período, a inflação registrada pelo IPCA foi de 114%.

Oriunda da Cesp e da Eletropaulo, a CTEEP é responsável pela operação de 102 subestações com capacidade de transformação de 39.156 MW e abrange quase 12 mil quilômetros de linhas de transmissão e mais de 18 mil quilômetros de circuitos de transmissão.

### Concepções diferentes

A prática privatista do PSDB é muito diferente da adotada pelo governo Lula. Para ampliar a oferta de energia no setor, o governo Lula optou por concessões dos serviços. Ou seja, ao invés da transferência de propriedade do patrimônio público, no qual já houve investimento por parte do Estado, e a operação já se encontra em produção, a concessão cede o direito de exploração do serviço por um tempo determinado, enquanto a atividade continua nas mãos do Estado. A prática tem induzido o investimento em novas linhas de transmissão.

*Assessora de imprensa*  
*Campanha da coligação A Força do Povo*

---